



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAÇARIGUAMA**

Araçariçuama, 01 de Julho de 2020.

Ofício 291/2020 - GP

Senhor Presidente,

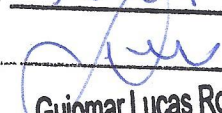
Venho por meio deste, solicitar os bons préstimos à Vossa Excelência, apresentar para apreciação e votação do seguinte Projeto de Lei Complementar;

- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018 DE 01 DE JULHO DE 2020, que Institui o Código Ambiental do Município de Araçariçuama, e dá outras providências.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para apresentar meus cordiais cumprimentos.

  
JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR  
Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor  
MOACYR DE GODOY NETO  
DD. Presidente da Câmara Municipal de Araçariçuama.

C. M. ARAÇARIGUAMA - SP  
PROTOCOLO Nº 171/2020  
EM 02/07/2020  
HORA: 10:07 e  
ASS.:   
Guiomar Lucas Rodrigues  
Assistente Legislativo



MENSAGEM Nº 228/2020

**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 01 DE JULHO DE 2020.**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, o incluso Projeto de Lei Complementar que institui o Código Ambiental do Município de Araçariguama.

Este Projeto de Lei foi desenvolvido no sentido de criar um Código Ambiental para o Município e colaborar com referências à definição de bons instrumentos jurídicos que possam orientar à política municipal de meio ambiente a serem implementadas.

A partir da edição da Resolução CONAMA nº 237, seu artigo 6º, conferiu aos Municípios competência para realizarem o licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos de impacto ambiental local, bem como, da possibilidade de delegação de competências do Estado, através de convênio.

A elaboração do Código Ambiental do Município de Araçariguama provê a necessidade de instituir-se um Sistema Municipal de Licenciamento Ambiental, Procedimentos de Fiscalização Ambiental e Penalidades referentes às infrações ambientais e os limites e competências para o exercício do Poder de Polícia da Administração, em matéria ambiental.

Uma Política Ambiental para o nosso Município: em vários Estados da Federação, os Municípios já vêm recebendo importante apoio de instituições ligadas às questões ambientais e organizações da sociedade civil, colaborando em um longo processo de melhoria da qualidade ambiental, através da defesa do meio ambiente e da qualidade de vida de toda a população.

O artigo 225 da Constituição Federal estabelece: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".

Com a edição da Resolução nº 237, de 1997, pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, da Lei Federal nº 9.605/98, dos Crimes Ambientais, dos Decretos e Convênios Estaduais, que possibilitaram ao Município licenciar diversas atividades econômicas e ambientais, da Política Nacional e Estadual de Recursos Hídricos e o surgimento de iniciativas de Organizações para tratar a solução de Resíduos Sólidos, Água, Abastecimento, etc., torna-se oportuno e imprescindível o investimento municipal para se capacitar técnica e administrativamente, assim se fazer presente na Gestão Integrada das políticas públicas relativas a estas demandas.

Por um lado, percebemos um aumento nos índices de danos ambientais, chegando a refletir um quase total descaso para a questão por parte de empreendimentos econômicos, tanto na área urbana como na rural, por outro, observamos uma desinformação generalizada de diversos setores que, por falta de uma sintonia de atribuições, acabam ignorando as agressões ambientais, tanto ao nível dos





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAÇARIGUAMA**

órgãos federal, estadual e municipal, passando para a sociedade a imagem de ineficiência, com consequências negativas nas atividades de turismo, lazer e qualidade de vida dos munícipes.

O Município necessita articular e integrar as ações e atividades ambientais desenvolvidas pelos diversos municípios, órgãos e entidades municipais, dirimindo os atuais conflitos de atuações e competência com aqueles dos órgãos federais e estaduais. Para tanto, deverá definir uma estrutura administrativa para a área ambiental, assim como definir seus instrumentos legais para atuação necessária. Uma legislação ambiental municipal torna-se imprescindível para fundamentar o interesse local, regular a ação do Poder Público Municipal e sua relação com os cidadãos e instituições públicas e privadas, na preservação, conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida.

Ante o exposto, considerando que se trata de medida política-administrativa, tenho a grata satisfação de levar ao conhecimento de Vossa Excelência este importante Projeto de Lei Complementar para avaliação, discussão e aprovação por essa Egrégia Casa de Leis.

Por derradeiro, aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.



**JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR**  
Prefeito Municipal

Ao Excelentíssimo Senhor  
**MOACYR DE GODOY NETO**  
DD. Presidente da Câmara de Araçariguama.



**PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 018, DE 01 DE JULHO DE 2020.**

Institui o Código Ambiental do Município de Araçariguama, e dá outras providências.

**JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR**, Prefeito do Município de Araçariguama, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I**  
**DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

**CAPÍTULO I**  
**Das Disposições Iniciais**

**Art. 1º** O Código Ambiental do Município de Araçariguama tem como finalidade, respeitadas as competências da União e do Estado, regulamentar as ações do Poder Público Municipal e a sua relação com a coletividade na conservação, defesa, melhoria, recuperação e controle do Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, estabelecendo normas para a administração, a proteção e o controle do patrimônio ambiental, da qualidade do ambiente e do desenvolvimento sustentável do Município.

**CAPÍTULO II**  
**Dos Princípios**

**Art. 2º** A Política Ambiental do Município, na defesa do interesse local, tem por objetivo:

- I - preservação e adequação do meio ambiente a fim de garantir condições necessárias à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos;
- II - adequação das atividades do sistema produtivo local às imposições do equilíbrio ecológico, mediante implantação de normas técnicas, procedimentos e padrões de qualidade no tratamento e disposição de resíduos, emissões de efluentes de qualquer natureza;
- III - preservação e conservação dos recursos naturais renováveis, bem como o estabelecimento de diretrizes para o manejo e utilização econômica, racional e criteriosa dos recursos naturais renováveis e não renováveis;
- IV - adequação do uso e ocupação do território municipal, de acordo com sua aptidão ambiental, visando o desenvolvimento sustentável;
- V - desenvolvimento de programas de educação e incentivo às ações que consolidem uma cultura voltada para a adoção de hábitos, costumes, posturas e práticas sociais e econômicas não prejudiciais ao meio ambiente;





VI - acompanhamento e fiscalização dos impactos ambientais provocados por fatores naturais e humanos, tomando as medidas preventivas e corretivas, adequadas a cada tipo de impacto;

VII - previsão de penalidades e instrumentos de sua aplicação, no caso de infrações ao previsto neste Código.

### **CAPÍTULO III** **Dos Conceitos Gerais**

**Art. 3º** Os conceitos gerais para fins e efeitos deste Código são os seguintes:

I - meio ambiente: interação de elementos naturais e criados, socioeconômicos e culturais, que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas;

II - ecossistemas: conjunto integrado de fatores físicos e bióticos que caracterizam um determinado lugar, estendendo-se por um determinado espaço de dimensões variáveis, sendo uma totalidade integrada, sistêmica e aberta, que envolve fatores abióticos e bióticos, com respeito à sua composição, estrutura e função;

III - degradação ambiental: alteração adversa das características do Meio Ambiente;

IV - poluição: alteração da qualidade ambiental resultante de atividades humanas ou fatores naturais que direta ou indiretamente:

- a) prejudiquem a saúde, a segurança ou o bem-estar da população;
- b) criem condições adversas ao desenvolvimento socioeconômico;
- c) afetem desfavoravelmente a biosfera;
- d) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;
- e) afetem as condições estéticas e sanitárias do Meio Ambiente;

V - poluidor: pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, direta ou indiretamente responsável, por atividade causadora de poluição ou degradação efetiva ou potencial;

VI - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o solo, o subsolo, a fauna, flora e a paisagem;

VII - proteção: procedimentos integrantes das práticas de conservação e preservação da natureza;

VIII - preservação: proteção integral do atributo natural, admitindo apenas seu uso indireto;

IX - conservação: uso sustentável dos recursos naturais, tendo em vista a sua utilização sem colocar em risco a manutenção dos ecossistemas existentes, garantindo-se a biodiversidade;



X - manejo: técnica de utilização racional e controlada de recursos ambientais mediante a aplicação de conhecimentos científicos e técnicos, visando atingir os objetivos de conservação da natureza;

XI - gestão ambiental: administração e controle do uso sustentável dos recursos ambientais, naturais ou não, por instrumentação adequada - regulamentos, normatização e investimentos públicos ou privados - assegurando racionalmente o conjunto do desenvolvimento produtivo social e econômico em benefício do Meio Ambiente;

XII - áreas Verdes Especiais: áreas representativas de ecossistemas criadas pelo Poder Público por meio de florestamento em terra de domínio público ou privado;

XIII - impacto ambiental: toda e qualquer atividade que altere o Meio Ambiente, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, no Município;

XIV - transgênicos: organismos que, mediante técnicas de engenharia genética, contenham material genético de outros organismos, visando incorporar esta característica ao organismo modificado;

XV - desenvolvimento sustentável: é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações, sem esgotar os seus recursos, devendo ser socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente equilibrado;

XVI - licença ambiental: é um documento com prazo de validade definido, em que o órgão ambiental estabelece regras, condições, restrições e medidas de controle ambiental a serem seguidas pela atividade que está sendo licenciada;

XVII - licenciamento ambiental: é o procedimento no qual o Poder Público, representado por órgãos ambientais, autoriza e acompanha a implantação e a operação de atividades, que utilizam recursos naturais ou que sejam consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras;

XVIII - área de Lazer: espaço livre, de uso público, integrante das Áreas Verdes, destinada aos usos recreativos;

XIX - unidades de conservação: espaço territorial e seus recursos ambientais, com características naturais relevantes, legalmente instituídas pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção;

XX - parques lineares: espaços criados, cuja principal função é a de exercer proteção à rede hídrica e as vegetações ciliares, que poderão contemplar funções de lazer e recreação, conforme zoneamento ambiental;

XXI - vegetação natural: toda vegetação constituída de espécies nativas locais, primárias ou que se encontrem em diferentes estágios de regeneração;





XXII - função ecológica da espécie: definidas como relações tróficas estabelecidas com populações de outras espécies e sua relação com o meio físico em que vive;

XXIII - fauna local: os animais silvestres, domésticos e exóticos de qualquer espécie ou origem, em qualquer fase de seu desenvolvimento, que vivem constante ou sazonalmente no Município de Araçariçuama.

#### **CAPÍTULO IV** **Das Atribuições do Município**

**Art. 4º** Ao Município de Araçariçuama, através da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, compete:

I - exercer o poder de polícia administrativa ambiental na área de abrangência do município, através de:

- a) licenciamento ambiental das atividades que utilizem recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidoras ou degradadoras do meio ambiente, ressalvadas as competências do licenciamento estadual e federal;
- b) fiscalização e aplicação das sanções - notificações, embargos, interdições, apreensões e autos de infração ambiental - por infração à legislação ambiental federal, estadual e municipal vigentes, de acordo com o que dispuser a norma violada;

II - adotar medidas visando o controle, conservação e preservação dos recursos ambientais e, quando julgar necessário, para proteção de bens de valor científico, artístico, histórico, paisagístico e cultural;

III - elaborar e propor ao COMDEMA a edição de resoluções que julgar necessárias à sua atuação na prevenção, controle, conservação e preservação do meio ambiente;

IV - implantar, administrar e fiscalizar as Unidades de Conservação Municipais;

V - estimular a conscientização ambiental;

VII - definir atividades, obras e serviços que demandam prévio licenciamento ambiental;

VIII - incrementar programas para disponibilizar o fornecimento de insumos, sementes, adubos, calcário e demais subsídios necessários ao desenvolvimento agro-industrial e artesanal aos produtores de pequeno porte e para as chamadas economias familiares.

#### **CAPÍTULO V** **Do Órgão Consultivo e Deliberativo**

**Art. 5º** O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA, alterado pela Lei nº 511, de 29 de julho de 2009 é órgão colegiado autônomo de caráter consultivo e deliberativo, tendo as atribuições já definidas por lei e as seguintes:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE  
ARAÇARIGUAMA**

- I - estudar, definir e propor normas e procedimentos, através de resoluções administrativas, visando o desenvolvimento dos projetos sob sua responsabilidade;
- II - auxiliar e colaborar na implementação da Agenda local;
- III - sugerir a elaboração de projetos de leis municipais relativas ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à qualidade de vida;
- IV - estudar, definir e propor metas visando a implementação de unidades de conservação e áreas de proteção ambiental;
- V - analisar e implementar as diretrizes do Município quando da elaboração prévia e final de Plano de Parcelamento de Solo Urbano e Rural. É de competência do COMDEMA acompanhar a análise sobre as EIA/RIMA, previstas na presente Lei.

**CAPÍTULO VI  
Do Controle Ambiental**

**Art. 6º** Esta lei complementar cria normas e critérios para adequado ordenamento territorial e manutenção da qualidade do meio ambiente, visando garantir o pleno cumprimento das medidas de controle e de saneamento ambiental, que contemple a execução das ações de planejamento, monitoramento e fiscalização.

**CAPÍTULO VII  
Dos Instrumentos**

**Art. 7º** A aplicação da Política Ambiental no Município rege-se pelos seguintes instrumentos:

- I - zoneamento ambiental;
- II - criação de espaços territoriais especialmente protegidos;
- III - estabelecimento de parâmetros e padrões de qualidade ambiental;
- IV - avaliação de impacto ambiental, em consonância com a Resolução CONAMA nº 1/1986;
- V - avaliação de impacto ambiental em consonância com legislação estadual e federal;
- VI - regulamentação e revisão do licenciamento das atividades efetivamente ou potencialmente poluidoras, mediante delegação pelo governo estadual através de instrumento legal competente;
- VII - educação ambiental;
- VIII - mecanismos de benefícios e incentivos para preservação e conservação dos recursos ambientais, naturais ou não;





- IX - fiscalização, controle e monitoramento ambiental;
- X - aplicação de penalidades disciplinares ou compensatórias ao não cumprimento das medidas;
- XI - leis federais, estaduais e municipais que versem sobre questões ambientais;
- XII - estabelecimento de convênios com consórcios e órgãos colegiados;
- XIII - plano diretor participativo do Município.

### **CAPÍTULO VIII** **Do Licenciamento Ambiental**

**Art. 8º** A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, bem como os empreendimentos capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura sem prejuízo de outras licenças, autorizações ou alvarás exigíveis pela legislação federal, estadual e municipal pertinentes.

**Art. 9º** A Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura procederá à análise e concessão das licenças ambientais somente para aqueles empreendimentos e/ou atividades de impacto local ou daqueles cuja competência não seja de outras esferas de governo em caráter suplementar ou convênio, acordos de cooperação técnica e outros instrumentos similares com órgãos e entidades do Poder Público, nos termos da legislação vigente, o licenciamento de baixo impacto para as obras, atividades e empreendimentos.

§ 1º O licenciamento de baixo impacto não se aplica às residências unifamiliares localizadas em loteamentos regularmente aprovados.

§ 2º Nos casos em que for identificada a competência de outro ente federado para análise e concessão dos pedidos de licenciamento ambiental, a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura expedirá os documentos a seguir relacionados e encaminhará ao interessado para obtenção do licenciamento ambiental junto ao órgão estadual ou federal competente:

I - exame técnico municipal nos casos de:

- a) análise de Estudo Ambiental Simplificado - EAS;
- b) Relatório Ambiental Preliminar - RAP;
- c) Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA;
- d) licenciamentos efetuados junto ao Grupo de Análise e Aprovação de Projetos Habitacionais - GRAPROHAB, da Secretaria de Estado da Habitação;

II - certificado de dispensa de licenciamento ambiental municipal, para os outros casos em que o licenciamento não seja de competência da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura.



§ 3º O licenciamento ambiental de edificações vinculadas a atividades será efetuado pelo órgão legalmente competente para licenciar a atividade.

**Art. 10.** A Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura no exercício de sua competência de controle ambiental, expedirá as seguintes licenças e documentos:

I - licença prévia - LP: concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;

II - licença de instalação - LI: autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante;

III - licença de operação - LO: autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle e monitoramento ambiental e condicionantes determinados para a operação;

IV - autorização ambiental: permite ao interessado, mediante o preenchimento de exigências técnicas e legais e a critério da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, a realização de atividade, obra, serviço ou utilização de recursos naturais, a movimentação de terra e supressão de vegetação, corte de árvores isoladas e intervenção em Área de Preservação Permanente - APP;

V - termo de compromisso ambiental - TCA: termo onde estarão especificados os compromissos e condicionantes a serem observados pelo interessado no desenvolvimento do empreendimento, obra ou atividade;

VI - exame técnico municipal - ETM: quando por legislação específica, o mesmo deva ser licenciado por outra esfera de governo, encaminhando-o para obtenção do licenciamento ambiental junto ao órgão estadual ou federal competente;

VII - parecer técnico ambiental - PTA: parecer elaborado pela Secretaria responsável, contemplando a análise técnica do pedido de licenciamento, devendo ser conclusivo e recomendar a emissão de determinado ato administrativo cabível, seja autorização ambiental, licença ambiental ou indeferimento, podendo também exigir a complementação ou adequação dos estudos ambientais e projetos do empreendimento para continuidade do processo de licenciamento;

VIII - termo de indeferimento - TI: quando a obra ou atividade pretendida não atenda aos requisitos ambientais pretendidos, mostrando-se inviável ou quando não forem cumpridas as exigências e condicionantes constantes das sucessivas etapas do licenciamento, bem como do Termo de Compromisso Ambiental e Termo de Ajustamento de Conduta;





IX - certificado de dispensa de licenciamento ambiental municipal: quando o empreendimento, obra ou atividade não for passível de licenciamento em nível local, de acordo com a presente Lei Complementar;

X - termo de ajustamento de conduta - TAC: quando o empreendimento, obra ou atividade apresenta passivos ambientais, devendo recuperar ambientalmente a área e os meios afetados ou, na impossibilidade, implementar medidas compensatórias dos impactos causados;

XI - termo de encerramento: quando verificada a regularidade da desativação e a não existência de passivos ambientais na área.

§ 1º As licenças ambientais poderão ser emitidas sucessiva e isoladamente, ou simultaneamente, em procedimento simplificado, conforme a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade, com base nas regras estabelecidas no Regulamento desta Lei Complementar.

§ 2º A licença Ambiental de Operação somente será emitida mediante a apresentação de relatório comprovando o cumprimento das exigências e do controle e monitoramento ambiental dos impactos causados durante a fase de implantação do empreendimento, acompanhadas da devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

## TÍTULO II DA APLICAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

### CAPÍTULO I Do Planejamento Ambiental e da Participação Popular e dos Deveres do Poder Público

**Art. 11.** A participação da coletividade é fundamental à proteção ambiental e à conservação dos recursos naturais, devendo o Poder Público estabelecer medidas que a viabilizem e estimulem.

**Art. 12.** Compete ao Poder Público:

I - promover a educação ambiental, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal ou não, e a conscientização da sociedade para a importância da preservação, conservação e recuperação do Meio Ambiente;

II - elaborar e divulgar, de forma ampla e permanente, programas e projetos de proteção do Meio Ambiente, estimulando a participação social e o desenvolvimento da consciência crítica da coletividade;

III - promover a realização de audiências públicas nas seguintes hipóteses, dentre outras:

- a) nos procedimentos de licenciamento ambiental em que houver realização de EIA/RIMA;
- b) para aprovação do zoneamento ambiental;



IV - acompanhar e promover capacitações e oficinas de educação ambiental às populações tradicionais de forma a manter sua integração ao Meio Ambiente;

V - promover conferência municipal ambiental anualmente.

**Art. 13.** O Poder Público estabelecerá as limitações administrativas indispensáveis ao controle das atividades potencial ou efetivamente degradadoras, compreendidas as restrições condicionadoras do exercício do direito de propriedade, nos termos de sua função social, observados o Plano Diretor Participativo do Município e os princípios constitucionais.

**Art. 14.** O Poder Público deverá incluir no orçamento dos projetos, serviços e obras municipais os recursos necessários à prevenção e à correção dos impactos ou prejuízos ambientais decorrentes de sua execução.

**Art. 15.** Para garantir um ambiente ecologicamente equilibrado, que assegure a qualidade de vida, são direitos do cidadão, entre outros:

I - o acesso:

- a) aos bancos públicos de informações ambientais;
- b) às informações sobre os impactos ambientais de projetos e atividades potencialmente prejudiciais à saúde e à estabilidade do ambiente;
- c) à educação ambiental;
- d) aos monumentos naturais e às áreas legalmente protegidas, guardada a consecução do objetivo de proteção;

II - opinar, na forma da lei, sobre a localização e sobre os padrões de operação das atividades ou das instalações potencialmente prejudiciais à saúde e ao ambiente.

**Art. 16.** Todas as pessoas, físicas e jurídicas, devem promover e exigir medidas que garantam a qualidade do ambiente, da vida e da diversidade biológica no desenvolvimento de sua atividade, assim como corrigir ou fazer corrigir, às suas expensas, os efeitos da atividade degradadora ou poluidora por ela desenvolvida.

§ 1º É dever de todo cidadão informar ao Poder Público sobre atividades poluidoras ou degradadoras de que tiver conhecimento, sendo-lhe garantido o sigilo de sua identidade, quando assim o desejar.

§ 2º O Poder Público responderá às denúncias no prazo de trinta dias e enviará cópia mensal ao COMDEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

§ 3º O Poder Público garantirá a todo cidadão que o solicitar a informação a respeito da situação e da disponibilidade do patrimônio ambiental, prestando o esclarecimento conforme os parâmetros e limites estipulados na legislação e nas normas vigentes.

§ 4º A divulgação dos níveis de qualidade do patrimônio ambiental poderá ser acompanhada da indicação qualitativa e quantitativa das principais causas de poluição ou degradação.





**Art. 17.** É obrigação do Poder Público, sempre que solicitado e respeitado o sigilo industrial, divulgar informações referentes a processos e equipamentos vinculados à geração e ao lançamento de poluentes para o ambiente, bem como os riscos ambientais decorrentes de empreendimentos públicos ou privados.

**Parágrafo único.** A necessidade de resguardo de sigilo industrial, comercial e institucional deverá ser solicitada e justificada pelo interessado e deferida pelo órgão recebedor das informações quando do protocolo das mesmas.

**Art. 18.** O Poder Público compatibilizará as políticas de crescimento econômico e social com as de proteção do ambiente, com vistas ao desenvolvimento integrado, harmônico e sustentável.

§ 1º Não poderão ser realizadas sem licenciamento ações ou atividades suscetíveis de alterar a qualidade do ambiente.

§ 2º As ações ou atividades poluidoras ou degradadoras serão limitadas pelo Poder Público, visando à recuperação das áreas em desequilíbrio ambiental.

§ 3º O Poder Público divulgará os empreendimentos e atividades que demandem licença ambiental municipal, excluindo desta obrigação os empreendimentos e atividades sujeitas ao licenciamento federal e estadual.

**Art. 19.** A utilização dos recursos ambientais dependerá de autorização do órgão ambiental competente, nas matérias não abrangidas pela legislação federal e estadual.

§ 1º O Poder Público publicará e divulgará a relação de empreendimentos que demandarão autorização do órgão ambiental municipal.

§ 2º Ficarão a cargo do empreendedor os custos necessários à recuperação e à manutenção dos padrões de qualidade ambiental.

**Art. 20.** As atividades de qualquer natureza deverão ser dotadas de meios e sistemas de segurança contra acidentes que possam pôr em risco a saúde pública ou o ambiente.

**Art. 21.** O interesse público terá prevalência sobre o privado no uso, na exploração, na preservação e na conservação do patrimônio ambiental.

## **CAPÍTULO II**

### **Da Proteção da Fauna e da Flora**

#### **Seção I**

#### **Da Proteção à Flora e das Áreas de Preservação Permanente**

**Art. 22.** Consideram-se de preservação permanente, no âmbito municipal, as florestas e demais formas de vegetação situadas:



I - ao longo de qualquer curso d'água, desde o seu nível mais alto, em faixa marginal, cuja largura mínima será:

- a) de 30 m (trinta metros), para os cursos d'água de até 10m (dez metros) de largura e tanques de piscicultura, armazenamento, irrigação e decantação.
- b) de 50m (cinquenta metros), para os cursos d'água de até 50m (cinquenta metros) de largura;
- c) de 100m (cem metros), para os cursos d'água que tenham de 50m (cinquenta metros) a 200m (duzentos metros) de largura;
- d) de 200m (duzentos metros), para os cursos d'água que tenham de 200m (duzentos metros) a 600m (seiscentos metros) de largura;
- e) de 500m (quinhentos metros), para os cursos d'água que tenham largura superior a 600m (seiscentos metros).

II - ao redor das lagoas ou lagos e reservatórios d'água naturais ou artificiais, represas hidrelétricas ou de uso múltiplo, em faixa marginal, cuja largura mínima será de 100m (cem metros);

III - nas nascentes, ainda que intermitentes, nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja sua situação topográfica, nas veredas e nas cachoeiras ou quedas d'água, num raio mínimo de 50m (cinquenta metros);

IV - no topo dos morros, montes e serras;

V - nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45 (quarenta e cinco) graus;

VI - nas bordas dos tabuleiros e chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100m (cem metros) em projeção horizontal.

**Art. 23.** Nas áreas de preservação permanente é vedado o corte da vegetação, a escavação do terreno, a exploração mineral, o emprego de agrotóxicos ou biocidas e o lançamento ou depósito de quaisquer tipos de dejetos, ressalvadas as obras de saneamento público, ou outras de interesse social, devidamente licenciada.

## Seção II Da Arborização e Paisagismo

**Art. 24.** Cabe ao Município instituir programas de arborização, paisagismo e plantio de árvores nos espaços públicos, preferencialmente em parcerias com outros órgãos da administração.

§ 1º A espécie arbórea a ser plantada deve ser escolhida dentro das espécies mais representativas da flora regional, oferecendo sombra aos transeuntes e condições biológicas de abrigo e alimentação da fauna.

§ 2º Moradores nas propriedades adjacentes aos passeios públicos poderão neles plantar árvores, desde que autorizados e ajustados pelo Município.





§ 3º Será instituída a lei municipal de estímulo à ajardinamento e reflorestamento mediante a utilização de espécies nativas.

§ 4º A Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, mediante estudo prévio e parecer circunstanciado, providenciará a poda ou o corte de árvores que ofereçam riscos à comunidade, localizadas em vias e espaços públicos, ou em áreas particulares, desde que solicitado pelos seus respectivos proprietários.

**Art. 25.** Qualquer árvore ou grupo de árvores poderá ser declarado imune ao corte, mediante ato do Poder Executivo ou de lei municipal, quando o motivo for à localização, raridade, beleza, história, condição genética de porta sementes ou esteja à espécie em vias de extinção na região.

**Art. 26.** A relocação, a derrubada, o corte e a poda de árvores ficam sujeitos à autorização prévia da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura obedecendo-se a legislação em vigor.

§ 1º - Antes da expedição da autorização, a árvore será obrigatoriamente vistoriada, relatando-se, por laudo técnico, a sua situação.

§ 2º - Tratando-se da poda de árvores em vias e espaços públicos, caberá ao Município à execução da mesma, podendo este firmar convênio com instituições ou empresas, públicas e privadas, para a realização dessas atividades.

**Art. 27.** A alteração das praças e demais áreas verdes, desde que não modifique a finalidade pública a qual se destina, bem como a substituição de árvores, dentro de um programa de urbanização, necessita de prévio consentimento do COMDEMA.

**Parágrafo Único.** A limpeza e conservação das áreas verdes públicas é de responsabilidade do Município, sendo o composto processados em local adequado e utilizado prioritariamente na política de arborização e ajardinamento público, bem como, nos estímulos das atividades ambientais e agrícolas, por meio de entidades representativas.

### Seção III Da Fauna

**Art. 28.** São consideradas ações lesivas ao Meio Ambiente no Município de Araçariguama e expressamente proibidas:

I - o abandono de animais na via pública, tanto na zona urbana como na rural;

II - a pesca ou atos tendentes em desacordo com a legislação estadual e federal pertinentes à matéria;

III - a caça de qualquer animal da fauna silvestre;



IV - a posse ou comercialização de qualquer espécie da fauna silvestre, exceto peixes, desde que dentro das normas legais;

V - a manutenção, dentro do perímetro urbano, de animais de médio e grande porte, confinados em terrenos baldios;

VI - a submissão de animais à crueldade e maus tratos.

§ 1º Constitui-se obrigação de todos que tomarem conhecimento de qualquer das ações mencionadas nos incisos de I a VI deste artigo, comunicar imediatamente a Secretária Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Turismo.

§ 2º Aquele que infringir qualquer dispositivo deste artigo, fica sujeito às penalidades impostas por esta Lei Complementar.

**Art. 29.** O município implementará no prazo de 120 dias após a promulgação deste Código o programa de identificação e esterilização de cães e gatos abandonados.

§ 1º No mesmo prazo estabelecido no caput deste artigo o Município criará o canil municipal.

§ 2º Os proprietários de cães, gatos e equinos estão obrigados a cadastrar seu animal junto a Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, a qual manterá registro do mesmo e fornecerá dispositivos de identificação e controle dos animais.

§ 3º Nos casos de venda e óbito do animal, o proprietário deverá informar à Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura acerca da ocorrência.

§ 4º No caso de pessoa comprovadamente carente, a esterilização será feita gratuitamente.

#### Seção IV Dos Mananciais de Abastecimento

**Art. 30.** A área de manancial de abastecimento público deve atender às seguintes condições:

I - incluir as principais nascentes das microbacias onde será feita a captação de água do abastecimento público;

II - apresentar qualidade e quantidade de águas adequadas aos fins a que se destina;

III - ausência de fontes poluidoras mesmo as instaladas;

IV - apresentar recursos naturais preservados;

V - inexistência de ocupação urbana em sua área ou no entorno do ponto de captação de água para o abastecimento público;





VI - inexistência de área de expansão urbana, definida por lei municipal, à montante da área do Manancial de abastecimento público;

**Art. 31.** Fica expressamente proibido qualquer ato que envolva alterações diretas ou indiretas dos recursos naturais existentes na área do manancial de abastecimento público, sujeitando-se o infrator as penalidades desta Lei Complementar, cuja arrecadação será destinada ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

#### Seção V Do Patrimônio Cultural

**Art. 32.** São considerados Patrimônio Cultural os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico, assim como as manifestações culturais e folclóricas.

**Parágrafo único.** O poder público municipal determinará o tombamento dos conjuntos urbanos e sítios de valor referidos no caput deste artigo.

#### CAPÍTULO III Do Controle da Poluição

##### Seção I Da Poluição das Águas

**Art. 33.** As edificações ou equipamentos, instalados provisória ou permanentemente, deverão ser dotados de sistema para abastecimento de água e coleta de esgoto, projetados e executados de acordo com as normas técnicas da ABNT.

**Art. 34.** As instalações prediais devem ser projetadas e executadas de acordo com as normas técnicas da ABNT e da entidade responsável pelo sistema público de esgoto, na forma da legislação vigente.

**Art. 35.** O lançamento de efluentes em sistemas públicos de esgotos será preferencialmente feito por gravidade e, se houver necessidade de recalque, os efluentes deverão ser lançados em caixa de quebra-pressão, da qual partirão, por gravidade, para a rede coletora.

**Art. 36.** Os efluentes que possam trazer prejuízo à rede pública de esgotos sanitários devem ser submetidos a tratamento adequado, sujeito à aprovação do órgão municipal de meio ambiente.

**Art. 37.** Na ausência de rede pública de esgotos sanitários, são obrigatórios o projeto e a instalação de sistema de deposição de esgotos, executados de acordo com as normas técnicas da ABNT.

**Parágrafo único.** Na hipótese prevista no caput deste artigo, os resíduos líquidos, sólidos ou em qualquer estado de agregação da matéria, provenientes do uso da água para fins higiênicos, só poderão ser despejados em águas interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, após terem



passado por dispositivos de tratamento que proporcionem parâmetro de redução de índices poluidores, compatíveis com os corpos receptores.

**Art. 38.** Em áreas dotadas de rede pública de esgotos sanitários é obrigatório a ligação predial do imóvel à rede coletora pública, podendo ser exigidos dispositivos de tratamento com a finalidade de proteção à rede existente.

**Art. 39.** As instalações prediais de esgotos sanitários devem ser projetadas e executadas de modo a:

- I - permitir rápido escoamento dos esgotos sanitários e fácil desobstrução;
- II - vedar a passagem de gases e animais das tubulações para o interior das edificações;
- III - não permitir vazamentos, escape de gases e formação de depósitos no interior das tubulações;
- IV - impedir a poluição de água potável;
- V - impedir a contaminação e/ou poluição do sistema de drenagem de águas pluviais.

**Art. 40.** É vedada a passagem de tubulações de esgoto sanitário pela cobertura ou no interior de reservatório de água potável.

**Art. 41.** Em instalações que venham a utilizar caixas retentoras de gordura, os ramais de descarga de pias de cozinha devem ser a elas ligados diretamente, ou a tubos de queda que nelas descarreguem.

**Art. 42.** É obrigatório, onde houver rede pública coletora de esgotos, o uso de caixa coletora de gordura nos esgotos sanitários que contiverem resíduos gordurosos provenientes de pias de copas e cozinhas.

**Parágrafo único.** A instalação de caixa retentora e coletora de gordura deverá atender às prescrições contidas em normas técnicas da ABNT.

**Art. 43.** Após a execução do projeto, as instalações hidráulicas deverão ser aprovadas por meio de ensaios adequados, conforme as normas técnicas vigentes.

**Art. 44.** É vedado o descarte, o derrame ou o lançamento de resíduos, qualquer que seja seu estágio de agregação da matéria, bem como de posturas análogas que possam causar dano à rede de drenagem de águas pluviais.

**Art. 45.** Os estabelecimentos que executem operações de limpeza, lavagem, lubrificação, abastecimento, manutenção, reparos, execução de projetos ou armazenamento de líquidos a granel deverão apresentar obrigatoriamente:





I - perfeitas condições de funcionamento dos sistemas de captação e destinação de água, drenagem pluvial e de esgoto;

II - recintos apropriados e dotados de instalações que impeçam a acumulação de água e resíduos no solo ou seu escoamento para o sistema de drenagem de águas pluviais.

**Art. 46.** São obrigatórios à limpeza e o esgotamento das caixas de gorduras, fossas sépticas e filtros anaeróbios ou de qualquer equipamento congênere, por prestadores de serviço nos estabelecimentos comerciais, industriais, agrícolas, sociais, desportivos, culturais, de diversões públicas, hospitalares e congêneres, hoteleiros e similares e em qualquer ambiente coletivo, inclusive nos edifícios de apartamentos residenciais, comerciais e mistos, nos quais possam ocorrer ou desenvolverem-se agentes nocivos à saúde ou ao meio ambiente.

§ 1º Poderão ser temporariamente desobrigados da exigência prevista no caput, os geradores de quantidades mínimas de resíduos, tais como escritórios, lojas e congêneres, mediante aferição pelo órgão municipal de meio ambiente.

§ 2º É obrigatório o cadastramento dos prestadores de serviços referidos no caput deste artigo, junto ao órgão municipal de meio ambiente, cujo requerimento deverá ser instruído com:

I - nome comercial e endereço;

II - cópia do contrato social e dos documentos dos sócios;

III - em se tratando de firma individual, cópia da Declaração Estadual de Cadastro de Atividade - DECA, e dos documentos de identificação relativos ao responsável pela mesma;

IV - comprovação do registro junto aos órgãos federais, estaduais e municipais competentes;

V - descrição e quantificação dos equipamentos, em especial das unidades móveis de auto vácuo ou outros similares;

VI - descrição da metodologia utilizada em cada uma das fases de operação;

VII - descrição das medidas de segurança, bem como relação dos equipamentos de proteção individual a serem utilizados durante a execução do serviço;

VIII - nome e endereço do profissional responsável habilitado, com a comprovação do registro no órgão profissional competente.

**Art. 47.** Para os fins desta lei complementar, considera-se limpeza e esgotamento de caixas coletoras de gordura, fossas sépticas e filtros anaeróbios, o conjunto de operações técnicas, não prejudiciais ao ambiente, que tenham por objetivo eliminar resíduos de gordura, detritos e outros organismos indesejáveis, que, por si só, com agentes biológicos ou não, ou através de seus efeitos possam, imediatamente, condicionar, contribuir, favorecer, veicular, transmitir, causar ou provocar danos à saúde, cujo descarte deve ocorrer em local adequado, indicado pelo órgão municipal de meio ambiente, respeitadas as normas técnicas da ABNT.



**Art. 48.** Fica instituído o Certificado de Limpeza e Esgotamento de Caixas Coletoras de Gordura, Fossas Sépticas ou Filtros Anaeróbios, que será emitido pelo órgão municipal de meio ambiente, a ser obrigatoriamente afixado em local visível onde o serviço tiver sido executado.

§ 1º O Certificado de que trata o caput deste artigo deverá ser preenchido com os dados constantes da nota fiscal de serviços, bem como os relativos ao descarte fracionado, descrevendo o volume em metros cúbicos do material coletado e descartado e, no seu verso, os dados do profissional habilitado, responsável pela execução do serviço.

§ 2º O pedido de emissão do Certificado de que trata o caput deste artigo, deverá ser requerido no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a realização do serviço, junto ao órgão municipal de meio ambiente, devidamente instruído com os documentos e dados referidos no parágrafo anterior, bem como do comprovante de pagamento da taxa de expediente.

§ 3º Atendidos os requisitos legais, o órgão municipal de meio ambiente emitirá o Certificado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados da data do requerimento.

§ 4º O Certificado de Limpeza e Esgotamento de Caixas Coletoras de Gordura, Fossas Sépticas ou Filtros Anaeróbios será enumerado sequencialmente e conterá:

I - nome e endereço do consumidor dos serviços descritos no § 2º do art. 46;

II - nome e endereço do prestador de serviço devidamente cadastrado nos termos do § 2º do art. 46;

III - natureza e prazo de validade do serviço executado.

§ 5º Os documentos apresentados nos termos do inciso I do § 4º deste artigo serão devolvidos juntamente com os Certificados de Limpeza e Esgotamento de Caixas Coletoras de Gordura, Fossas Sépticas ou Filtros Anaeróbios.

§ 6º Os prestadores de serviços a que se refere o art. 46 obrigam-se a:

I - retirar os Certificados de Limpeza e Esgotamento de Caixas Coletoras de Gordura, Fossas Sépticas ou Filtros Anaeróbios no prazo de até 20 (vinte) dias úteis, contados da data da sua emissão;

II - proceder a entrega dos Certificados ao consumidor, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de retirada dos mesmos;

III - remeter cópia do comprovante de entrega ao consumidor do Certificado de Limpeza e Esgotamento de Caixas Coletoras de Gordura, Fossas Sépticas ou Filtros Anaeróbios, ao órgão municipal de meio ambiente;

IV - remeter ao órgão municipal de meio ambiente relatório mensal dos serviços realizados no Município, para fins de controle das quantidades de resíduos coletados e destinados, contendo:





- a) número do cadastro atribuído pelo órgão municipal de meio ambiente;
- b) relação dos estabelecimentos atendidos e o tipo de serviço prestado, bem como o volume de resíduos coletados;
- c) comprovante do descarte dos resíduos, assim como a designação do local onde o mesmo ocorreu;
- d) Qualificação completa e assinatura do responsável técnico pelo serviço prestado;
- e) Dimensão das caixas coletoras de gordura, fossas sépticas ou filtros anaeróbios limpos ou esgotados.

**Art. 49.** Para os fins desta lei complementar, os prazos de validade dos serviços de limpeza e de esgotamento de caixas coletoras de gordura, é de 06 (seis) meses, e de 18 (dezoito) meses para fossas sépticas e filtros anaeróbios.

**Art. 50.** Os estabelecimentos responsáveis pela manutenção de estoque, comercialização e utilização de quaisquer produtos destinados à limpeza e esgotamento de caixas coletoras de gordura, fossas sépticas ou filtros anaeróbios ou de produtos congêneres deverão ser cadastrados junto ao órgão municipal de meio ambiente.

§ 1º A fim de obter o cadastro mencionado no caput deste artigo, o interessado deverá apresentar:

I - denominação, relação completa e quantidade dos produtos armazenados, de acordo com os padrões nacionais e internacionais;

II - declaração do fabricante e do respectivo representante comercial de que o produto não degrada o meio ambiente;

III - laudo elaborado pelos órgãos estadual ou federal competentes, atestando que a sua utilização não causa dano ambiental.

§ 2º O cadastro referido no caput deste artigo deverá ser atualizado anualmente.

§ 3º O descumprimento das determinações contidas nos parágrafos anteriores implicará na apreensão dos produtos não cadastrados e na aplicação de multa, independente do ressarcimento das despesas realizadas pelo Município para seu transporte, guarda e armazenamento.

§ 4º Na hipótese de reincidência, o infrator ficará sujeito ao pagamento de multa em dobro e à suspensão da licença do estabelecimento pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

**Art. 51.** Os prestadores de serviço a que se refere o art. 46, estabelecidos no Município, não poderão manter, em suas dependências, dispositivos ou equipamentos, móveis ou fixos, destinados ao armazenamento, tratamento e/ou eliminação de resíduos ou detritos oriundos das atividades exercidas.

**Parágrafo único.** É proibida a lavagem ou a manutenção dos veículos utilizados nos serviços a que se refere o art. 46, nos próprios estabelecimentos.



**Art. 52.** Compete ao órgão municipal de meio ambiente a manutenção preventiva, corretiva ou de rotina, das comportas dos canais de drenagem que deságuem nos rios do Município de Araçariguama, bem como o acionamento de tais equipamentos sempre que este se fizer necessário.

**Art. 53.** No caso de entupimento da galeria de águas pluviais ocasionado por obra particular de construção, o Município providenciará a limpeza da referida galeria, correndo as despesas por conta do proprietário do imóvel, acrescidas de 20% (vinte por cento).

**Parágrafo único.** No caso de lançamento e uso de redes de águas pluviais, pelos bombeamentos de rebaixamento de lençol freático de edifícios com subsolos, o empreendedor deverá apresentar, no mínimo, uma medida compensatória, que será avaliada pelo órgão municipal de meio ambiente.

**Art. 54.** É vedado impedir ou dificultar o livre escoamento das águas pelas canalizações, valas, sarjetas ou canais de drenagem dos logradouros públicos, danificando ou obstruindo tais servidores.

**Art. 55.** É proibido comprometer, por qualquer forma, a qualidade das águas destinadas ao consumo público ou particular.

**Art. 56.** No controle da qualidade das águas, o Município deverá tomar as seguintes providências:

I - promover a coleta de amostras de águas para seu controle físico, químico e biológico (em especial bacteriológico);

II - promover a realização de estudos sobre a poluição de águas, objetivando o estabelecimento de medidas corretivas.

**Art. 57.** Os responsáveis pelos estabelecimentos industriais deverão dar tratamento e destino aos efluentes e resíduos provenientes de seus processos, que os tornem inócuos aos seus empregados, à coletividade e ao entorno.

**Parágrafo único.** O lançamento de resíduos industriais líquidos nos cursos d'água depende de autorização do Poder Público com base nos preceitos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente

## Seção II Da Poluição Sonora

**Art. 58.** A produção de ruído ou as vibrações do ar são denominadas emissões ao sair das instalações, e imissões no lugar de seu efeito.

**Parágrafo Único.** No monitoramento deverão ser observados os padrões da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e das Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).





**Art. 59.** Nas áreas predominantemente residenciais o nível de imissões dos sons poderá ser de até 50 dB (A) no período das sete às vinte horas, e de até 40 dB (A) no período das vinte às sete horas.

§ 1º Nas áreas distantes até duzentos metros de hospitais, berçários, casas de repouso e escolas o nível de emissões de sons, poderá ser de até 45 dB (A) no período de sete às vinte horas, e de até 40 dB (A) no período de vinte às sete horas.

§ 2º Estes limites poderão sofrer alterações para atender a eventos previamente autorizados pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, tais como: Carnaval, Natal, eventos de cunho religioso, festas típicas do Município e comemorações cívicas.

§ 3º As áreas predominantemente residenciais serão definidas através de estudos e levantamentos realizados pelo Município, os quais servirão como base para a elaboração da Lei de Uso e Ocupação do Solo.

§ 4º Nas áreas mistas, o nível de emissão dos sons poderá ser de 50dB (A) no período das sete até as vinte e duas horas e de 40 dB (A) no período das vinte e duas horas às sete horas.

**Art. 60.** As atividades terão seus limites de emissão externa fixados da seguinte forma:

I - atividades religiosas em 85 dB;

II - atividades políticas, comerciais, de shows, casas de diversão noturna e congêneres, em 50 dB.

§ 1º Os serviços de alto-falantes, fixos ou móveis, somente poderão funcionar no período das nove às vinte horas, limitada a emissão de 70 dB, vedado nas cercanias, a uma distância de cem (100) metros, de escolas, hospitais, templos religiosos, espaços mortuários, Fórum, Prefeitura e Câmara Municipal, ressalvadas as atividades comerciais que se darão mediante regulamentação emanadas pela Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura;

§ 2º Todo serviço de autofalante, fixo ou móvel somente poderá funcionar mediante prévia inspeção Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, a qual, atendidas as exigências legais, fornecerá o alvará para funcionamento, indicando locais e horários a serem observados;

**Art. 61.** Fica proibido a utilização de equipamentos de som automotivo em veículos, com emissão de ruídos superiores a 50 dB.

**Parágrafo Único.** Mediante avaliação da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, poderá ser ampliada a licença para funcionamento dos serviços de autofalante, fixos e móveis, até o máximo de 70 dB.



**Seção III**  
**Da Poluição do Ar**

**Art. 62.** Os empreendimentos, atividades e iniciativas geradoras de poluentes atmosféricos, instalados ou a se instalarem no Município, bem como os veículos e motores, são obrigados a evitar, prevenir ou corrigir os inconvenientes e prejuízos causados pela emissão de poluentes atmosféricos no Meio Ambiente.

**Parágrafo Único.** Entende-se como poluente atmosférico qualquer forma de matéria ou energia com intensidade e em quantidade, concentração, tempo de permanência ou características que tornem ou possam tornar o ar:

- I - impróprio, nocivo ou ofensivo à saúde;
- II - inconveniente ao bem estar público;
- III - danoso aos mananciais, à fauna e à flora;
- IV - prejudicial à segurança, ao uso e gozo da propriedade e às atividades normais da comunidade.

**Art. 63.** São adotados para o Município de Araçariguama, os padrões de qualidade do ar estabelecidos pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA ou Conselho Estadual do Meio Ambiente.

**Art. 64.** Fica proibida a queima ao ar livre de resíduos sólidos, líquidos ou de qualquer outro material combustível no perímetro urbano, exceto mediante prévia autorização da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, para:

- I - treinamento de combate a incêndio;
- II - evitar o desenvolvimento de espécies indesejáveis, animais ou vegetais, para proteção à agricultura e à pecuária;
- III - as práticas de controle agrícolas convencionais.

**Art. 65.** O emprego de fogo para limpeza de pastos ou para outros fins, dentro do perímetro urbano, dependerá de prévia autorização do Município, que somente poderá concedê-la em casos de extrema e comprovada necessidade, na hipótese de não ser possível à utilização de outros meios que possam substituí-lo.

**Parágrafo Único.** A autorização para a utilização de fogo em áreas urbanas levará sempre em consideração a garantia da qualidade do ar em padrões compatíveis com a saúde dos habitantes das áreas limítrofes.





#### Seção IV Da Poluição do Solo e do Subsolo

**Art. 66.** Considera-se poluição do solo e do subsolo, a disposição, descarga, infiltração, injeção ou o enterramento, em caráter temporário ou definitivo, de substâncias ou produtos poluentes, em qualquer estado físico da matéria.

**Parágrafo único.** A utilização do solo e do subsolo para destinação de substâncias ou produtos poluentes somente será permitida com expressa autorização do órgão municipal de meio ambiente.

**Art. 67.** É proibido depositar, dispor, descarregar, enterrar, infiltrar ou acumular no solo, resíduos poluentes em qualquer estado da matéria.

**Art. 68.** O solo somente poderá ser utilizado para destino final de resíduos de qualquer natureza, desde que sua deposição seja feita de forma tecnicamente adequada, estabelecida em projetos específicos de transporte e destino final, vedada a simples descarga ou depósito, seja em propriedade pública ou particular.

**Parágrafo único.** Quando a disposição final exigir execução de aterros sanitários, deverão ser tomadas medidas tecnicamente adequadas para a proteção das águas superficiais e subterrâneas, obedecidas as determinações dos órgãos ambientais federal, estadual e municipal.

#### Seção V Dos Resíduos Sólidos

**Art. 69.** A manipulação, o acondicionamento, o armazenamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos e semi-sólidos em todo o Município, observará as normas técnicas da ABNT, resoluções do CONAMA e princípios da Política Nacional de Resíduos.

**Art. 70.** As atividades geradoras de poluição a serem implantadas deverão contemplar em seu projeto, construção e operação, alternativas tecnológicas que propiciem a minimização dos resíduos sólidos produzidos nos processos de produção utilizados.

§ 1º O tratamento e disposição final de resíduos sólidos industriais é de responsabilidade da pessoa física ou jurídica responsável por sua geração, devendo a sua destinação ser feita dentro dos parâmetros técnicos exigidos pela legislação vigente.

§ 2º Para fins deste artigo, são consideradas atividades de minimização dos resíduos:

- I - redução de volume total ou da quantidade de resíduos sólidos gerados;
- II - possibilidade de reutilização ou reciclagem;
- III - redução da toxicidade dos resíduos perigosos.

§ 3º As fontes de poluição existentes na data da publicação desta Lei deverão apresentar à Secretaria



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAÇARIGUAMA**

Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, programas de minimização de resíduos sólidos, num prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

§ 4º Caso a redução na fonte ou sua reciclagem não forem tecnicamente viáveis, os resíduos devem ser tratados e/ou dispostos de modo a não causarem risco ou dano ao Meio Ambiente, atendidas as demais exigências desta Lei e normas dela decorrentes.

**Art. 71.** Fica proibido em todo o Município, as seguintes formas de utilização e destinação de resíduos:

- I - lançamento in natura a céu aberto, tanto em áreas urbanas como em áreas rurais;
- II - queima a céu aberto;
- III - lançamento em cursos d'água, voçorocas, poços e caçambas mesmo que abandonadas e em áreas sujeitas a inundação;
- IV - lançamento em poços de visita de redes de: drenagem de águas pluviais, esgoto, eletricidade e telefone, bueiros e semelhantes;
- V - infiltração no solo sem o tratamento prévio adequado e projeto aprovado pelo órgão ambiental competente;
- VI - utilização do lixo urbano in natura para a alimentação de animais.

§ 1º A aplicação no solo de lodos resultantes do processo de tratamento de esgotos sanitários e compostagem de lixo orgânico pelas Estações de Tratamento de Esgotos do Município será permitida e incentivada, tendo em vista os benefícios que podem trazer à sua reconstituição desde que dentro das técnicas apropriadas e sujeitando-se à aprovação prévia do Município Araçariguama.

§ 2º É vedada a utilização das substâncias, referidas no parágrafo anterior, para a produção de alimentos; tais compostos deverão ser utilizados única e exclusivamente em viveiros de mudas para jardinagem, arborização e reflorestamento.

§ 3º Resíduos perigosos tais como: lâmpadas fluorescentes, pilhas de lanternas, baterias de telefones celulares, automóveis e outras, resíduos médico-hospitalares e odonto-farmacêuticos e outros classificados legalmente nessa condição, deverão receber tratamento especial na coleta, transporte e disposição final, ficando proibida a sua mistura ao lixo doméstico, e a sua simples disposição no aterro sanitário.

**CAPÍTULO IV**  
**Do Fundo Municipal do Meio Ambiente**

**Art. 72.** O Poder Executivo Municipal manterá o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FAMA, com o objetivo de assegurar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento dos planos, programas, projetos e ações da Política de Meio Ambiente do Município.





**Art. 73.** A organização e funcionamento do FAMA são regulados pela Lei nº 283, de 05 de dezembro de 2001.

### **TÍTULO III DAS PENAS**

#### **CAPÍTULO I Das Penalidades e das Advertências**

**Art. 74.** As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, às sanções previstas nesta lei complementar, sem prejuízo da obrigação de reparar os danos causados.

**Art. 75.** O órgão municipal de meio ambiente deverá promover a intimação do infrator, visando o cumprimento das disposições desta lei complementar.

§ 1º A intimação conterá os dispositivos legais que foram infringidos, bem como aqueles que deverão ser cumpridos, conferindo-se prazo para cumprimento, que poderá ser imediato ou não excedente a 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 2º Mediante requerimento devidamente justificado e, a critério do órgão municipal de meio ambiente, poderá ser prorrogado o prazo fixado para o cumprimento da intimação.

§ 3º A intimação será publicada por meio da imprensa oficial do Município, caso o infrator se recuse a assiná-la ou não seja encontrado.

**Art. 76.** O infrator terá prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento ou da publicação da Intimação para apresentar recurso.

Parágrafo único. A apresentação de recurso não conferirá efeito suspensivo à intimação, quando se tratar de medidas urgentes envolvendo a segurança pública, proteção sanitária e/ou poluição ambiental.

**Art. 77.** O descumprimento do disposto nesta lei complementar ensejará a aplicação das seguintes penalidades, de forma individual ou cumulativamente:

I - advertência;

II - interdição;

III - apreensão de máquinas, equipamentos e animais, conforme o caso;

IV - embargos da obra;

V - demolição ou desmonte/remoção, parcial ou total, das obras, infraestruturas ou instalações;

VI - penalidades compensatórias para a preservação ou correção da degradação ambiental;



VII - cancelamento do cadastro emitido pelo órgão municipal de meio ambiente;

VIII - multa;

IX - suspensão, cancelamento ou cassação da licença ambiental.

§ 1º As penalidades serão impostas a qualquer pessoa física ou jurídica que cumprir em desacordo ou descumprir o disposto nesta lei complementar.

§ 2º A aplicação de qualquer penalidade prevista nesta lei complementar não dispensará o infrator das demais sanções e exigências previstas na legislação federal ou estadual.

### Seção I Das Multas e dos Débitos

**Art. 78.** Verificada a infração a qualquer dos dispositivos desta lei complementar ou o não cumprimento de Intimação emitida pela fiscalização, será lavrado o Auto de Infração, com os seguintes elementos:

I - dia, mês, ano, hora e lugar em que foi lavrado;

II - nome, endereço, CNPJ ou CPF e RG, conforme o caso;

III - descrição objetiva do fato;

IV - indicação do dispositivo infringido;

V - dispositivo que determina a penalidade;

VI - valor da multa expressa em Real (R\$);

VII - assinatura e identificação de quem a lavrou;

VIII - assinatura do infrator ou averbação da recusa em assinar.

**Parágrafo único.** Na fixação do valor da multa deverão ser considerados:

I - as condições econômico-financeiras do infrator;

II - os antecedentes do infrator;

III - a existência de prévia comunicação do dano ambiental, a tempo de amenizar suas consequências lesivas;

IV - o grau de intensidade do dano;





V - a gravidade da infração.

**Art. 79.** No caso de reincidência, caracterizada pelo cometimento de nova infração da mesma natureza e gravidade, a multa será aplicada em dobro.

**Art. 80.** O pagamento da multa não desonera o infrator do cumprimento da exigência a que estiver obrigado.

**Art. 81.** No prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da ciência do Auto de Infração o infrator deverá efetuar o pagamento da multa ou apresentar defesa por meio de requerimento, devidamente protocolado.

§ 1º Apresentada a defesa, o órgão municipal de meio ambiente decidirá no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período.

§ 2º Indeferida a defesa, o infrator deverá promover o recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias contados da data da publicação da decisão.

**Art. 82.** As multas não pagas nos prazos legais serão inscritas na dívida ativa e executadas judicialmente.

**Art. 83.** Os valores provenientes das multas serão destinados ao Fundo Municipal de Meio Ambiente.

**Art. 84.** Constituem infrações ambientais, além do descumprimento das normas desse código, as ações e omissões tipificadas na legislação federal, estadual e municipal:

I - deixar de comunicar, imediatamente ao Município a ocorrência do evento potencialmente danoso ao meio ambiente e as providências que estão sendo tomadas;

Pena: multa de 0,25 a 138 UFM além do cancelamento de todos os benefícios fiscais e impossibilidade de os mesmos serem concedidos por quatro anos. Nos casos de perigo grave à saúde da população e ao meio ambiente, será aplicada a pena de suspensão das atividades do infrator de um a trinta dias.

II - continuar em atividade, quando a autorização, licença, permissão ou concessão tenha expirado seu prazo de validade;

Pena: multa de 0,25 a 138 UFM por dia de cometimento da infração e interdição da atividade.

III - opor-se à entrada de servidor público para fiscalizar obra ou atividade, negar informação ou prestar falsamente a informação solicitada por servidor público; retardar, impedir ou obstruir, por qualquer meio, a ação do servidor público;

Pena: multa de 0,25 a 138 UFM.

IV - causar de qualquer forma danos às praças públicas e às áreas verdes, inclusive ocupando-as para moradia, ainda que temporariamente;

Pena: multa 0,25 a 185 UFM, remoção e ou apreensão de animais, quando for o caso.



V - colocar o lixo ou entulho de qualquer natureza nas vias públicas sem estar o material devidamente acondicionado;

Pena: multa de 0,25 a 185 UFM, obrigando-se, ainda, o infrator a acondicionar convenientemente o material.

VI - lançar, colocar ou depositar lixo ou qualquer rejeito em local impróprio, seja propriedade pública ou privada;

Pena: multa de 0,25 a 185 UFM, obrigando-se, ainda, o infrator a retirar o material.

VII - colocar rejeitos hospitalares, de clínicas médicas e odontológicas, de farmácias e cabeleireiros, rejeitos perigosos (lâmpadas fluorescentes, pilhas de lanternas, baterias de automóveis), radioativos, veterinários, juntamente com rejeitos domésticos, para serem coletados, depositados ou transportados.

Pena: multa de 0,25 a 690 UFM;

VIII - deixar de fazer a ligação da rede de esgoto privado à rede pública existente.

Pena: multa de 0,25 a 138 UFM por dia de cometimento da infração, podendo o Município fazer a ligação, cobrando do particular;

IX - lançar ou permitir o lançamento de esgoto doméstico na rede de águas pluviais.

Pena: multa de 0,25 a 10 UFM por dia de cometimento da infração;

X - deixar de usar fossa séptica ou outra forma de tratamento e disposição de dejetos, na forma indicada na legislação, quando inexistente a rede pública de esgoto.

Pena: multa de 0,25 a 138 UFM por dia de cometimento da infração;

XI - soltar balões em qualquer ponto do Município e em qualquer época do ano.

Pena: multa de 0,45 a 1.380 UFM, além da responsabilização civil e penal pelos danos causados;

XII - abandonar animais nas vias públicas tanto na zona urbana quanto na rural.

Pena: multa de 0,45 a 115 UFM, sujeito à apreensão dos animais;

XIII - manter, dentro do perímetro urbano, animais de médio e grande porte, confinados em terrenos baldios.

Pena: multa de 0,45 a 115 UFM, sujeito à apreensão dos animais;

XIV - cortar ou danificar arborização das vias públicas.

Pena: multa de 0,45 a 115 UFM, por planta atingida ou fração e apreensão dos equipamentos utilizados;

XV - causar poluição sonora em desacordo com os padrões estabelecidos.

Pena: multa de 1 a 185 UFM e interdição e lacramento dos equipamentos utilizados;

XVI - construir, edificar, plantar ou criar animais em áreas de preservação permanente.

Pena: multa de 0,45 a 1.380 UFM.





XVII - utilizar recursos naturais nas áreas de manancial de abastecimento público e unidades de conservação municipais, sem autorização ou licença do Poder Público competente.

Pena: multa de 0,45 a 1.380 UFM por hectares ou fração e Interdição das atividades ou embargo da obra.

XVIII - deixar de realizar a devida manutenção e conservação de túmulo, conforme estabelece o § 1º do artigo 18.

Pena - multa de 0,25 a 138 UFM.

Parágrafo Único. Nos casos de reincidências as multas previstas serão aplicadas em dobro.

## **CAPÍTULO II**

### **Do Procedimento Administrativo das Infrações Ambientais**

#### **Seção I**

#### **Da Execução da Fiscalização Ambiental**

**Art. 85.** Aos agentes da fiscalização ambiental, nomeados e/ou designados através de portaria municipal, fica delegado o poder de polícia ambiental da Administração Pública Municipal para fiscalizar o cumprimento da legislação ambiental, praticando todos os atos da função, tais como: expedir notificações, embargos, interdições, apreender e/ou lacrar equipamentos e produtos, bem como aplicar autos de infração aos infratores de qualquer dispositivo desta Lei, inclusive da legislação federal e estadual vigentes, aplicando o procedimento que dispuser a norma violada.

**Parágrafo Único.** Os agentes da fiscalização ambiental deverão, de preferência, possuir a formação profissional de nível médio específica, devendo, para tanto, receber treinamento específico sobre a legislação ambiental e administrativa, necessárias para o exercício efetivo de suas funções.

**Art. 86.** O Poder Executivo poderá firmar convênio com a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo objetivando o emprego do efetivo do Batalhão da Polícia Militar e/ou Batalhão de Polícia Florestal do Estado de São Paulo, para atividades de fiscalização do Meio Ambiente no Município de Araçariguama.

§ 1º É proibido o uso de armas de fogo pelos agentes da vigilância ambiental, os quais deverão, quando necessário, solicitar o apoio da polícia militar e/ou civil para o cumprimento de suas atribuições.

§ 2º O Poder Executivo criará um serviço de atendimento e despachos de ocorrências ambientais ligado a outros órgãos emergenciais e à Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, para controle e coordenação estatística dos fatos havidos no setor, buscando agilizar a operacionalidade da fiscalização e atender as denúncias recebidas.

**Art. 87.** Os servidores da fiscalização do Município têm competência para iniciar o procedimento administrativo das infrações ambientais, através da aplicação de notificações, autos de infração, embargos, interdições, apreensão de produtos e/ou lacramento de equipamentos.



**Art. 88.** Para o cumprimento de seu dever de inspecionar as atividades e obras sujeitas ao licenciamento ambiental, os servidores públicos mencionados poderão ter acesso a todas as atividades e obras sujeitas a licenciamento ambiental.

§ 1º Os servidores públicos poderão solicitar a cooperação da Polícia Civil, Militar, nos casos em que se procure dificultar ou impedir sua atuação para a lavratura do Termo de Autuação ou Notificação contra o meio ambiente.

§ 2º O Poder Executivo, de acordo com a necessidade do serviço público, através de portaria, poderá atribuir a outros servidores municipais idêntica competência.

**Art. 89.** O Município poderá firmar convênios com órgãos públicos e entidades privadas, objetivando a capacitação de seus recursos humanos e a obtenção dos meios materiais necessários para o aprimoramento das atividades de fiscalização ambiental.

## Seção II Do Procedimento Administrativo

**Art. 90.** Qualquer pessoa poderá denunciar a prática de infração ambiental, podendo fazer a denúncia por escrito ou oralmente; quando a denúncia for oral, será dever do servidor municipal passá-la à forma escrita, fornecendo, em todos os casos, protocolo do recebimento da denúncia.

**Art. 91.** Verificada a infração, os funcionários responsáveis pela fiscalização lavrarão o auto de infração em quatro vias de igual teor, que será assinado pelo autuante, pelo autuado e sempre que possível, por duas testemunhas.

**Art. 92.** O infrator receberá uma via do auto de infração; caso se recuse a recebê-la, o servidor lavrará certidão colhendo assinatura de duas testemunhas.

**Art. 93.** É dever dos servidores públicos, inclusive dos investidos em cargo de chefia, levar ao conhecimento do Ministério Público Federal ou Estadual, os atos comissivos ou omissivos classificados como infrações neste Código e nas legislações federal e estadual, independente da instauração ou do término do procedimento administrativo competente.

**Art. 94.** O infrator poderá apresentar defesa, pessoalmente ou através de advogado, no prazo de 20 dias, a contar do dia seguinte em que tiver recebido o auto de infração.

**Art. 95.** O Secretário Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, poderá, de ofício, determinar a realização de prova pericial.

**Parágrafo Único.** Quando houver necessidade de exames periciais, estes serão requisitados aos órgãos competentes ou enviados a laboratórios especializados.

**Art. 96.** A defesa prévia deverá ser contraditada pelo funcionário responsável pela fiscalização ou pelo funcionário que lavrou o auto de infração.





**Art. 97.** A assessoria jurídica da Secretaria Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura ou do Município deverá manifestar-se conclusivamente sobre a procedência ou não do Auto de Infração, encaminhando o processo para o Secretário Municipal de Planejamento, Desenvolvimento, Meio Ambiente e Agricultura, para impor a penalidade indicada ou determinar o seu arquivamento.

### Seção III Da Aplicação das Sanções Administrativas

**Art. 98.** Para imposição e gradação das sanções a autoridade competente observará:

- I - a gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;
- II - os antecedentes administrativos do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;
- III - as circunstâncias atenuantes ou agravantes;
- IV - a situação econômica do infrator, no caso de multa.

**Art. 99.** São circunstâncias que atenuam a sanção:

- I - baixo grau de instrução e demonstração de boa fé.
- II - arrependimento do infrator, manifestado pela espontânea reparação do dano, ou limitação significativa da degradação ambiental causada;
- III - comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental;
- IV - colaboração com os agentes encarregados da vigilância e do controle ambiental;
- V - ser o infrator primário e a falta cometida de natureza leve.

§ 1º A assinatura do TAC, Termo de Ajuste de Conduta suspende o curso do processo administrativo até o cumprimento das condições estabelecidas.

§ 2º Cumpridas às condições do TAC o processo será extinto.

**Art. 100.** São circunstâncias que agravam as sanções administrativas:

- I - reincidência nas condutas ilícitas de natureza ambiental;
- II - ter o infrator cometido à ilicitude:
  - a) para obter vantagem pecuniária;
  - b) coagindo outrem para a execução material da infração;



- c) afetando ou expondo a perigo, de maneira grave, a saúde pública ou o meio ambiente;
- d) concorrendo para danos à propriedade alheia;
- e) atingindo áreas de unidades de conservação ou áreas sujeitas, por ato do Poder Público, a regime especial de uso;
- f) atingindo áreas urbanas ou quaisquer assentamentos humanos;
- g) em período de defeso à fauna;
- h) em domingos ou feriados;
- i) à noite;
- j) em épocas de seca ou inundações;
- k) no interior do espaço territorial especialmente protegido;
- l) com o emprego de métodos cruéis para abate ou captura de animais;
- m) mediante fraude ou abuso de confiança;
- n) mediante abuso do direito de licença, permissão ou autorização ambiental;
- o) no interesse de pessoa jurídica mantida, total ou parcialmente, por verbas públicas ou beneficiada por incentivos fiscais;
- p) atingindo espécies ameaçadas, listadas em relatórios oficiais das autoridades competentes;
- q) facilitada por funcionário público no exercício de suas funções;
- r) utilizar-se da condição de agente público para a prática da infração;
- s) ação sobre espécies raras, endêmicas, vulneráveis ou em perigo de extinção;
- t) deixar de comunicar imediatamente, aos órgãos ambientais, a ocorrência de acidente com consequências ambientais.

**Art. 101.** As infrações administrativas são punidas com as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - apreensão dos animais, produtos e subprodutos da fauna e flora, instrumentos, apetrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

V - destruição ou inutilização do produto;

VI - embargo de obra ou interdição da atividade;

VII - demolição de obra;

IX - suspensão parcial ou total das atividades;

X - restrição de direitos; e

XI - reparação dos danos causados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAÇARIGUAMA**

§ 1º Finalizando o processo administrativo a aplicação das sanções previstas independem de prévia advertência;

§ 2º Se o infrator cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações, ser-lhe-ão aplicadas, cumulativamente, as sanções a elas cominadas.

§ 3º A advertência será aplicada pela inobservância das disposições desta lei e da legislação em vigor, sem prejuízo das demais sanções previstas neste artigo.

§ 4º A multa simples será aplicada sempre que o infrator por negligência, imperícia, imprudências ou dolo:

I - advertido, por irregularidades, que tenham sido praticadas, deixar de saná-las, no prazo assinalado;

II - opuser embaraço as atividades da fiscalização.

§ 5º A multa simples poderá ser convertida em serviços de preservação, a serem executados pessoalmente pelo infrator na melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente.

§ 6º A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo, até a sua efetiva cessação ou regularização da situação mediante a celebração, pelo infrator, de termo de ajustamento de conduta de reparação de dano.

§ 7º A apreensão, destruição ou inutilização, referidas nos incisos IV e V do caput deste artigo, obedecerão ao seguinte:

I - os animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações, objeto de infração administrativa serão apreendidos, lavrando-se os respectivos termos;

II - os animais apreendidos terão a seguinte destinação:

- a) libertados em seu habitat após verificação da sua adaptação às condições de vida silvestre;
- b) entregues a jardins zoológicos, fundações ambientalistas ou entidades assemelhadas, desde que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados; ou
- c) Na impossibilidade de atendimento imediato das condições previstas nas alíneas anteriores, o órgão ambiental autuante poderá confiar os animais a fiel depositário habilitado, ou, se não resgatado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, o órgão ambiental municipal poderá confiar os animais a quaisquer pessoas habilitadas que desejem adotá-los.

III - os produtos e subprodutos perecíveis ou a madeira apreendidos pela fiscalização serão avaliados e dados pela autoridade competente às instituições científicas, hospitalares, penais, militares, públicas e outras com fins beneficentes, bem como às comunidades carentes, lavrando-se os respectivos termos, sendo que, no caso de produtos da fauna não perecíveis, os mesmos serão destruídos ou doados a instituições científicas, culturais ou educacionais;



IV - os produtos e subprodutos de que tratam os incisos anteriores, não retirados pelo beneficiário no prazo estabelecido no documento de doação, sem justificativa, serão objetos de nova doação ou leilão, a critério do órgão ambiental, revertidos ao Fundo Municipal de Meio Ambiente. Os custos operacionais de depósito, remoção, transporte, beneficiamento e demais encargos legais serão suportados pelo beneficiário;

V - caso os instrumentos a que se refere o inciso anterior tenham utilidade para uso nas atividades dos órgãos ambientais e de entidades científicas, culturais, educacionais, hospitalares, penais, militares, públicas e outras entidades com fins beneficentes, serão doados a estas, após prévia avaliação do órgão responsável pela apreensão;

VI - tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, seja destinação final ou destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão a expensas do infrator;

VII - os veículos utilizados na prática da infração, apreendidos pela autoridade ambiental competente, somente serão liberados mediante o pagamento da multa, oferecimento de defesa ou impugnação, podendo ser os bens confiados a fiel depositário até implementação dos termos antes mencionados, a critério da autoridade competente;

VIII - fica proibida a transferência a terceiros, a qualquer título, dos animais, produtos, subprodutos, instrumentos, petrechos, equipamentos, veículos e embarcações de pesca, de que trata este parágrafo, salvo na hipótese de autorização da autoridade competente;

IX - a autoridade competente encaminhará cópia dos termos de que trata este parágrafo ao Ministério Público, para conhecimento.

§ 8º As sanções indicadas nos incisos VI, VII do caput deste artigo serão aplicadas quando o produto, a obra, a atividade ou o estabelecimento não estiverem obedecendo às determinações legais ou regulamentares.

§ 9º A determinação da demolição de obra que derem causa a infração ou, petrechos, será de competência da autoridade municipal, a partir da efetiva constatação pelo agente autuante da gravidade do dano decorrente da infração.

§ 10. As sanções restritivas de direito aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas são:

I - suspensão de registro, licença, permissão ou autorização;

II - cancelamento de registro, licença, permissão ou autorização;

III - perda ou restrição de incentivos e benefícios fiscais municipais;

IV - proibição de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo período de até cinco anos.





§ 11. Independentemente de existência de culpa o infrator sofrerá as sanções administrativas previstas neste Código e estará obrigado a reparar o dano causado ao meio ambiente afetado por sua atividade.

**Art. 102.** Imposta a penalidade prevista neste Código, em conformidade com o que for apurado no procedimento, a decisão será comunicada ao infrator através de termo de deliberação a ser remetido por carta registrada.

**Art. 103.** No prazo de 15 (quinze) dias após o recebimento do Termo de Deliberação caberá recurso do infrator ao COMDEMA, que confirmará ou reformará, motivadamente, a decisão recorrida.

**Art. 104.** A decisão do COMDEMA alicerçada por laudos técnicos e legislação em vigor, constitui decisão de segunda instância, dela não cabendo qualquer recurso administrativo.

**Art. 105.** O procedimento administrativo observará o prazo máximo de tramitação de cento e vinte (120) dias, não prorrogáveis.

**Art. 106.** Encerrado o procedimento administrativo, o não pagamento da multa imposta, na forma e condições estipuladas, implicará na inscrição do respectivo crédito no Cadastro da Dívida Ativa Municipal, para que, posteriormente, o mesmo seja objeto de execução fiscal, nos termos da legislação vigente.

**Art. 107.** O Processo Administrativo de Infrações Ambientais será disponibilizado as pessoas interessadas e as Associações de Defesa do Meio Ambiente, legalmente constituídas, podendo requerer cópias e consultar o procedimento na presença de servidor municipal designado, salvo aquelas que impliquem em violação de segredo industrial.

#### **TÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 108.** O Plano Diretor do Município, assim como o Código de Postura e o Código de Obras Municipal, são diplomas legais reguladores das atitudes e fatos ambientais específicos, naquilo que não contrariem as disposições deste Código.

**Art. 109.** Fica a cargo do Poder Público Municipal a fiscalização para o cumprimento do disposto neste Código.

**Art. 110.** A aplicação do disposto neste Código será precedida de ampla divulgação e conscientização da população sobre o seu conteúdo, notadamente no que se refere às infrações e penalidades previstas.

**Art. 111.** Poderá ser regulamentada por Decreto do Prefeito Municipal, a aplicação do presente código.

**Art. 112.** Compete ao Poder Executivo determinar a realização de programas e campanhas de educação ambiental, visando a implementação dos objetivos e das finalidades desta lei complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**ARAÇARIGUAMA**

**Art. 113.** As propostas de alteração desta lei complementar deverão ser analisadas e aprovadas pelo Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, previamente ao encaminhamento do respectivo projeto à Câmara Municipal.

**Art. 114.** As despesas decorrentes da execução desta lei complementar correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**Art. 115.** Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de 90 (noventa) dias após a data de sua publicação.

Araçariguama, 01 de Julho de 2020

  
**JOÃO BATISTA DAMY CORRÊA JUNIOR**  
Prefeito Municipal